

A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

CAPÍTULO 1	1
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.1861821121	
CAPÍTULO 2	14
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821122	
CAPÍTULO 3	26
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1861821123	
CAPÍTULO 4	35
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
DOI 10.22533/at.ed.1861821124	
CAPÍTULO 5	48
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.1861821125	
CAPÍTULO 6	59
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.1861821126	

CAPÍTULO 7 73

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821127

CAPÍTULO 8 88

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO*

[Maya Manzi](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821128

CAPÍTULO 9 99

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.1861821129

CAPÍTULO 10 113

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211210

CAPÍTULO 11 130

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211211

CAPÍTULO 12 140

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

DOI 10.22533/at.ed.18618211212

CAPÍTULO 13	155
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.18618211213	
CAPÍTULO 14	171
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.18618211214	
CAPÍTULO 15	182
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
DOI 10.22533/at.ed.18618211215	
CAPÍTULO 16	190
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
DOI 10.22533/at.ed.18618211216	
CAPÍTULO 17	204
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
DOI 10.22533/at.ed.18618211217	
CAPÍTULO 18	221
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
DOI 10.22533/at.ed.18618211218	
CAPÍTULO 19	233
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.18618211219	

CAPÍTULO 20	243
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
DOI 10.22533/at.ed.18618211220	
CAPÍTULO 21	257
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
DOI 10.22533/at.ed.18618211221	
CAPÍTULO 22	269
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
DOI 10.22533/at.ed.18618211222	
CAPÍTULO 23	283
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
DOI 10.22533/at.ed.18618211223	
CAPÍTULO 24	296
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
DOI 10.22533/at.ed.18618211224	
CAPÍTULO 25	312
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
DOI 10.22533/at.ed.18618211225	
CAPÍTULO 26	320
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÁ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.18618211226	
SOBRE A ORGANIZADORA	327

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT,
Mestranda em Gestão e Tecnologia Ambiental,
Rondonópolis – Mato Grosso.

Djalma Adão Barbosa Júnior

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT,
Professor Adjunto no curso de Ciências
Econômicas, Rondonópolis – Mato Grosso.

José Adolfo Iriam Sturza

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT,
Docente nos programas de Pós-Graduação em
Geografia e Gestão e Tecnologia Ambiental.

RESUMO: O trabalho apresenta a caracterização das agroindústrias alimentares familiares presentes em Dom Aquino, Rondonópolis, São José do Povo e Guiratinga. O objetivo do trabalho foi caracterizar as agroindústrias quanto aos tipos de empreendimentos, a quantidade de produtores envolvidos, a participação dos produtos vendidos na renda familiar, as dificuldades enfrentadas na implantação e na esfera de produção e a comercialização dos produtos processados. A metodologia utilizada foi a coleta e análise de dados obtidos por meio de questionários participativos aplicados junto a Associação Dando as Mãos e aos assentamentos a ela vinculados. Por meio

desses foi possível concluir que existe pouca variabilidade de alimentos processados e a comercialização destina-se majoritariamente a prefeituras municipais. Os empreendimentos fecham muitas vezes em processo de implantação e, os já estabelecidos, sofrem com dificuldades técnicas, ambientais e sanitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Agroindústrias, assentamentos rurais, renda familiar, comercialização.

ABSTRACT: This paper characterizes the food agro industries located in Dom Aquino, Rondonópolis, São José do Povo and Guiratinga, in the State of Mato Grosso. The objective of the research was to characterize the food agro industries in terms of the types of enterprises, the quantity of farmers involved, the participation of the products sold in the family income, the difficulties faced in the implementation and in the sphere of production and the commercialization of the processed products. It is a quali-quantitative research which applied participative questionnaires with the members of the Giving Hands Association and the associated settlements. It is concluded that there is little variability of processed food and the commercialization is mostly destined to the municipal government. The enterprises most of the times close in process of implementation and the ones already established suffer with

technical, environmental and sanitary difficulties.

KEYWORDS: Agro industries, rural settlements, family income, commercialization.

1 | INTRODUÇÃO

Batalha e Scarpelli (2005) afirmam que a produção de alimentos foi e será uma preocupação constante para qualquer agrupamento humano, assim sendo é essencial a discussão acerca da transformação, distribuição e consumo. A agricultura familiar se insere nessa problemática como um dos principais responsáveis pelos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, segundo a Organização das Nações Unidas 70% dos alimentos consumidos provém desse tipo de agricultura. A agroindustrialização em assentamentos rurais, mesmo com sua importância para o processamento desses alimentos produzidos, tardou historicamente a implantação e execução de suas atividades devido à falta de apoio governamental.

A transformação de matéria-prima, de origem agrícola conciliada com a destinação do produto final pelo produtor, caracteriza a existência de agroindústrias rurais nos estabelecimentos, sendo consideradas como agroindústrias rurais não somente aquelas fundadas com o intuito de beneficiamento para comercialização, mas também as unidades produtivas que transformam produtos agrícolas para o autoconsumo. As dinâmicas que caracterizam as agroindústrias no espaço rural são diversas, devido às peculiaridades que tipificam estas unidades de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas (IPEA, 2006). Quanto à conceituação, agroindústria rural se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006). Na região sudeste de Mato Grosso a instalação de agroindústrias comunitárias foi incentivada pela Associação Dando as Mãos que, nasceu da atuação das religiosas da Província Santa Teresa do Menino Jesus junto aos assentados dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas. Esta Congregação religiosa tem como projeto comum trabalhar a Educação para a Cidadania, junto a categorias mais pobres, excluídas de benefícios socioeconômicos e políticas públicas, assumindo o compromisso com a transformação social. A organização conta desde 2010 com o financiamento da Petrobras, para o projeto *“Desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar da região Sul do estado de Mato Grosso”*, que tem como objetivo a formação, organização, motivação e sensibilização dos agricultores familiares na perspectiva do resgate dos valores sociais, culturais, ambientais e produtivos, com base nos princípios de Economia Solidária. Os recursos obtidos com o projeto *“Desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar da região Sul do estado de Mato Grosso”*, propicia a contratação de pessoas para a gestão do projeto, bem

como o processo de comercialização, adaptação e infraestrutura, para o processo produtivo, formativo e organizacional dos empreendimentos.

Em Mato Grosso a economia baseia-se na produção de produtos primários, tanto para o mercado interno, quanto para o externo, com destaque para os grãos soja, arroz e algodão pelos grandes produtores rurais (OLIVEIRA, 2004). Os pequenos produtores produzem alimentos para o mercado interno como leite, mandioca, carne e frutas. O fortalecimento, incentivo, apoio aos pequenos produtores rurais e a instalação de agroindústrias em assentamentos favorece a melhoria de vida dos produtores e propiciam uma comercialização mais dinâmica, visto que aumenta-se a oferta dos alimentos e diminui-se custos tendo a matéria-prima próxima ao estabelecimento processador.

Segundo Lima e Wilkinson (2002) as agroindústrias de pequeno porte proporcionam meios efetivos de manutenção do homem no campo, além de aumentar a renda e gerar postos de trabalho, tem a capacidade de abastecer os mercados locais e próximos com produtos de qualidade e preços compatíveis. Para que esses benefícios sejam alcançados a região sudeste de Mato Grosso enfrenta dificuldades que devem ser superadas, como a falta de profissionais especializados atuando dentro das agroindústrias e o fornecimento de tecnologias que supram as especificidades de cada tipo de empreendimento.

O texto tem como objetivo caracterizar os empreendimentos agroindustriais vinculados a Associação Dando as Mãos em Mato Grosso, quanto: ao tipo e porte do empreendimento, empreendimento, a renda obtida com a atividade e a participação dessa na renda total familiar, o número de assentados envolvidos na execução das atividades, dificuldades enfrentadas na implantação e na esfera de produção da agroindústria e a destinação dos produtos processados no mercado.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

2.1 A agricultura familiar e os assentamentos rurais em Mato Grosso

Agricultor familiar segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006) é aquele que atende aos seguintes requisitos, como dispõe a regulamentação:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder

Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Para Oliveira *et al.* (2012) existem várias definições para agricultura familiar e elas se modificam com o tempo e o espaço, no entanto, pode ser entendida como uma organização produtiva que não leva em consideração apenas o lucro, mas também as necessidades e os objetivos da família, enquanto agricultura patronal é caracterizada por total separação dos fatores gestão e trabalho, organização centralizada, ênfase na especialização, ênfase em práticas agrícolas padronizadas, predomínio do trabalho assalariado, tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra e ênfase no uso de insumos comprados.

No Brasil a participação da agricultura familiar desempenha um papel fundamental, principalmente no que se diz respeito à produção de alimentos e geração de emprego, no entanto tem pouco acesso a crédito rural. O Quadro 1 a seguir mostra a participação da agricultura familiar em relação ao agronegócio no espaço agrário e agrícola brasileiro, segundo censo agropecuário do (IBGE, 2006).

AGRICULTURA FAMILAR	AGRICULTURA PATRONAL
24% das terras	76% das terras
40% da produção global	60% da produção global
70% da produção de alimentos	30% da produção de alimentos
74% da mão-de-obra ocupada	26% da mão de obra ocupada
14% do crédito	86% do crédito

Quadro 1 – A participação da agricultura familiar e do agronegócio no espaço agrário e agrícola brasileiro (FONTE: MDA, 2009).

A agricultura familiar mesmo dispondo de uma área menor (24%) é a principal fornecedora de alimentos para a população brasileira. Segundo o IBGE (2006) essa grande produção, é de alimentos básicos importantes para a segurança alimentar (QUADRO 2).

PRODUTO	PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
Mandioca	87%
Feijão	70%
Suíno	59%
Leite	58%
Aves	50%
Milho	46%
Café	38%

Arroz	34%
Bovino	30%
Trigo	21%

Quadro 2 – A produção de alimentos na agricultura familiar (IBGE, 2006)

Em relação à agricultura patronal, normalmente vinculada à monocultura, a agricultura familiar permite uma melhor distribuição populacional e de renda. O fornecimento de créditos aos agricultores que precisam de terra, sementes e instrumentos para a atividade, é um dos alicerces para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (BARBOSA, 2012). Também se faz necessário o planejamento para a distribuição de crédito de forma mais justa, pois tais recursos concentram-se na região sul do país. A região centro-oeste, onde se encontra o estado de Mato Grosso é o que recebe a menor parte dos recursos. Esse pouco incentivo financeiro reflete nas dificuldades e problemas enfrentados por produtores rurais na execução das atividades a que esses se propõem.

No Brasil e no estado de Mato Grosso a agricultura familiar tem ganhado espaço devido principalmente à implantação de unidades denominadas assentamentos rurais, onde surge um agrupamento de agricultores familiares com objetivos e necessidades parecidas. Pode se definir assentamento rural como um espaço geograficamente delimitado, onde por meio de decreto governamental federal para reforma agrária, grupos de famílias são alojados e recebem o direito de posse e uso da terra. Cria-se por meio desse ato administrativo um ambiente novo geográfico e novo socialmente (FRANÇA e SPAROVEK, 2005).

De acordo com Moreno (2007), as propriedades de terra no estado de Mato Grosso assim como na maior parte do país foram marcadas por políticas que favoreciam grandes proprietários. A povoação do estado se deu por movimentos bandeirantes no século XVIII e o descobrimento de minas de ouro nos rios Coxipó e Cuiabá. No final do século, com o enfraquecimento das minas, as atividades agrícolas ganharam espaço. Iniciou-se então o processo de regularização fundiária e reforma agrária. O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi o principal instrumento para expedição de títulos definitivos e licenças de ocupação. O INCRA contava entre 1980 e 1992, com cinquenta e nove projetos de colonização, sendo nove deles denominados “Projetos de assentamento rápido”, dando início as atividades agrícolas em assentamentos rurais.

Os dados do DATALUTA (2013) identificaram 578 assentamentos rurais em Mato Grosso envolvendo 85.620 famílias, a realidade desses assentamentos não difere muito do resto país, onde os produtores familiares enfrentam falta de assistência técnica e extensão rural, dificuldade de acesso a crédito rural, solos degradados e problemas ambientais relacionados à destinação de resíduos. Para minimização dessas dificuldades faz-se necessário o apoio de associações, instituições e até desenvolvimento trabalhos científicos que melhor caracterizem o assunto (STURZA,

2012).

2.2 Regularização e enquadramento dos empreendimentos às normas ambientais

A discussão acerca da problemática ambiental vem sendo colocada em pauta ano a ano, no Brasil. Para os imóveis rurais está em processo de implantação o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é obrigatório e tem a função integrar todas as informações referentes à Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), florestas nativas e remanescentes, áreas de uso restrito e das áreas consolidadas. Esse registro foi instituído pela Lei 12.651/2012 e é feito por meio eletrônico. A adesão no Estado de Mato Grosso foi uma das melhores, cerca de 80% de todos os imóveis rurais já foram cadastrados (GRÁFICO 1).

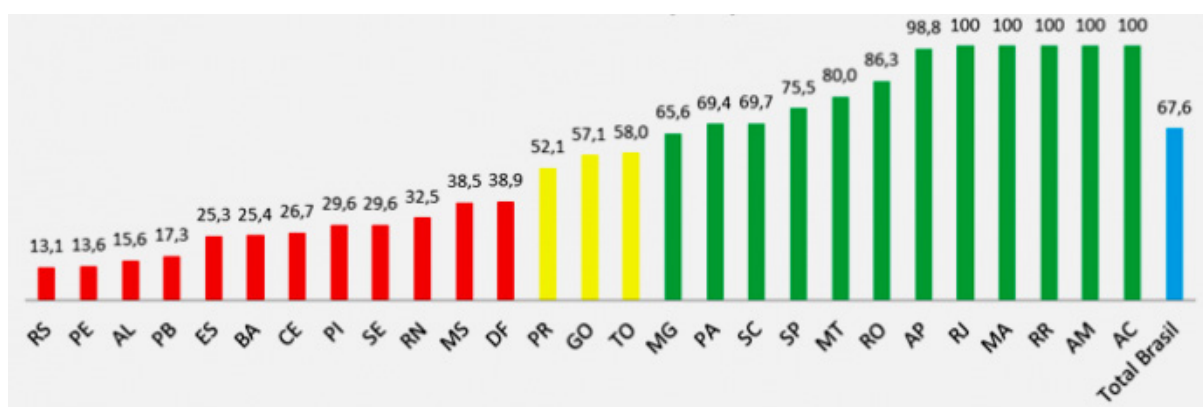


Gráfico 1 – Imóveis Rurais Cadastrados no CAR (FONTE: SFB, 2015).

Para o a regularização de empreendimentos agroindústrias existem entraves, na maioria das vezes os produtores rurais interpretam as normas sanitárias e ambientais como barreiras para o processamento e comercialização de seus produtos, isso ocorre pela falta de informação e profissionais aptos a orientar os produtores rurais no enquadramento as normas. Segundo Espírito Santo (s.d.) além de não ser uma barreira, a regularização ambiental pode contribuir para reduzir custos no desperdício de matéria-prima, gerar receita com o potencial de reutilização e/ ou consumo de alguns resíduos que anteriormente eram tidos como “lixo”, facilitar acesso a créditos e financiamentos e abrir portas para mercados que valorizem empreendimentos com certificados ambientais.

Na etapa de processamento da produção familiar e comunitária em agroindústrias, as normas ambientais a serem cumpridas restringem-se ao licenciamento ambiental de cada unidade produtiva e à realização do Cadastro Técnico Federal. O requerimento de licença ambiental engloba o desenvolvimento do projeto contendo descrição do empreendimento, sua localização, bem como o detalhamento do sistema de Controle de Poluição e Efluentes, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), certidão de uso do solo expedida pelo município e a comprovação de origem legal da matéria-prima (VENTURIN e MEIRELLES, 2014).

As normas simplificadas para agroindústrias de pequeno porte são definidas pela

CONAMA 385/2006, que dispõe o seguinte:

Art. 1º Estabelecer procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, agroindústria de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental (BRASIL, 2006).

Essas medidas têm por finalidade inserir os pequenos empreendedores no mercado, facilitando o processo de industrialização dos produtos, que geralmente são alimentícios, e corroboram para maior oferta de produtos nas prateleiras, e incremento da renda do produtor que anteriormente comercializava o produto *in natura* (com pouco valor agregado) e passa a realizar o beneficiamento que prolonga a vida do produto e agrega valor.

2.3 Regularização e enquadramento dos empreendimentos às normas sanitárias

As normas sanitárias têm por papel fundamental promover e proteger a saúde e bem-estar da população, minimizando os riscos decorrentes das práticas inadequadas de produção. No setor industrial dos produtos fiscalizados contribuem na economia representando 10,5 % do Produto Interno Bruto (PIB), desses a categoria que mais afeta o mercado, com uma representatividade de 60% do valor total da produção, são os alimentos.

Ao conjunto de atividades realizadas para beneficiamento e transformação de matéria-prima provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura (alimentos) se dá a nomenclatura de agroindústria. Esses empreendimentos agroindustriais estão sujeitos a enquadramento e regularização sanitária por meio de órgãos de saúde como vigilância sanitária distrital, municipais, estaduais e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), assim como a órgãos da agricultura como Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

De acordo com a ANVISA existem medidas a serem adotadas para as Boas Práticas de Fabricação (BPF) na indústria de alimentos para garantir a qualidade sanitária e a regularidade com as conformidades técnicas e, os órgãos utilizam para isso como principal ferramenta, a inspeção sanitária.

Na Portaria nº 1428/93, que dispõe sobre as diretrizes gerais para o estabelecimento de boas práticas de produção e prestação de serviços na área de alimentos, entende-se por inspeção sanitária:

O procedimento da fiscalização efetuado pela autoridade sanitária que avalia em toda a cadeia alimentar as Boas Práticas de Produção e/ou as Boas Práticas de Prestação de Serviços com vistas ao atendimento do Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) estabelecido através da verificação do cumprimento dos procedimentos previstos nos seus manuais, na utilização do Sistema de APPCC, e no atendimento à legislação sanitária. (BRASIL, 1993).

Para realização das BPF nos estabelecimentos que desenvolvem atividades agroindustriais alimentares a Resolução ANVISA RDC nº275/2002 2002 (BRASIL,

2002) estabelece uma lista básica de verificação (*check list*) onde, regulamenta que os estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos desenvolvam, programem e mantenham Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) para os itens abaixo:

- a) Higienização das instalações, equipamentos, móveis e utensílios.
- b) Controle da potabilidade da água.
- c) Higiene e saúde dos manipuladores.
- d) Manejo dos resíduos.
- e) Manutenção preventiva e calibração de equipamentos.
- f) Controle integrado de vetores e pragas urbanas.
- g) Seleção das matérias-primas, ingredientes e embalagens.
- h) Programa de recolhimento de alimentos.

Os procedimentos acima devem ser registrados, avaliados e monitorados para que as condições técnicas de higiene e sanidade sejam cumpridas de forma adequada.

2.4 A Associação Dando as Mãos

A Associação “Dando as Mãos” nasceu da atuação das associadas religiosas da Província Santa Teresa do Menino Jesus junto aos assentados dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas, tendo como foco desenvolver a Educação para a Cidadania, junto a assentamentos rurais e agricultores familiares. O projeto teve início oficialmente no dia 06 de novembro de 1999 na celebração do Décimo Capítulo Provincial das Irmãs Catequistas Franciscanas da Província Santa Teresa do Menino Jesus, com a manifestação da preocupação com a situação dos assentados da região.

A iniciativa ocorreu em 2001 quando as irmãs se organizaram, em parceria com a Diocese de Rondonópolis, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Paróquia de São Jose do Povo. Na prática, os recursos funcionavam como um capital de giro para o microcrédito, onde cada família recebia uma quantia de dois mil reais para investir nos empreendimentos. As Irmãs, vendo a importância do projeto, começaram a investir recursos financeiros, contribuindo para a ampliação do Fundo que funcionavam como um fundo rotativo solidário. Depois vieram os Projetos da Missão Central Franciscana - MZF, com sede na Alemanha, sendo realizados três projetos, em três anos consecutivos, (2008, 2009, 2010). A MZF cedeu, em cada etapa, 10.000 euros, destes 35% eram investidos em formação e 75% do recurso para ampliar o fundo rotativo solidário, a ser revertido em empréstimo aos agricultores, com objetivo principal da produção para consumo familiar e de demais moradores do próprio assentamento (ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS, 2010).

A organização ainda contou com um financiamento da Petrobras, em 2010 a partir do projeto “*Desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos da agricultura familiar da região Sul do estado de Mato Grosso*”, que teve como objetivo a formação, organização, motivação e sensibilização dos agricultores familiares na para o resgate

dos valores sociais, culturais, ambientais e produtivos, com base nos princípios de Economia Solidária. Os recursos obtidos com o projeto permitiram a contratação de pessoal para a gestão do projeto, bem como o processo de comercialização, adaptação e infraestrutura, para o processo produtivo, formativo e organizacional dos empreendimentos. Em 2011 a Associação obteve apoio do Projeto da Caritas Nacional, que tinha como objetivo desenvolver a percepção e o conhecimento da relação homem-terra, para a adoção de tecnologias de base agroecológica, visando à proteção ecológica e ambiental da região.

Os assentados rurais vinculados a associação tem renda média familiar que varia entre um salário mínimo, dois salários mínimos e superior a dois salários mínimos. A maioria dos assentados tem renda de um salário mínimo (64%), no entanto as famílias não passam fome e conseguem produzir para sua subsistência, suas maiores dificuldades são para pagar água, energia, transporte e meios de comunicação (PIRES et. al, 2014).

Todos os esforços sejam governamentais, de associações não governamentais ou de instituições que forneçam assistência, são bem vindos para auxiliar no incremento da renda familiar. A associação Dando as Mãos incentiva além da produção dos produtos e a comercialização desses in natura, o processamento desses alimentos, por meio da implantação de indústrias nas próprias propriedades rurais.

Entre os assentamentos rurais associados alguns desenvolvem, desenvolveram, ou estão em processo para desenvolverem atividades agroindustriais, visando agregação de valor a produção e incremento na renda, o número de famílias nesses assentamentos é bem expressivo, sendo o Carlos Marighella e o Esperança os mais populosos (QUADRO 3).

NÚMERO DE FAMÍLIAS		
ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
ZUMBI DOS PALMARES	Dom Aquino	52
SALETE ESTROZAK	Guiratinga	52
CARLOS MARIGHELLA	Poxoréu	166
PRIMAVERA	Rondonópolis	47
ESPERANÇA	Rondonópolis	150
PADRE JOSIMO	São José do Povo	120
JOÃO GOMES PESSOAS	São José do Povo	112

Quadro 3 – Número de famílias em assentamentos com projetos de atividade agroindustriais
(FONTE: Associação Dando as Mãos, 2010).

Esse número de famílias e assentados é muito significativo, e dos 7 analisados mais da metade excede 100 famílias assentadas, que devem ser apoiadas e incentivadas, não apenas financeiramente, mas com assistência técnica adequada em cada fase do processo de industrialização, tendo em vista as rígidas normas ambientais e sanitárias as quais o empreendimento deve adequar-se.

3 | METODOLOGIA

Estudo de caso que, fundamentou-se em uma abordagem quali-quantitativa que se baseia em dados quantitativos comentados e discutidos qualitativamente. Os dados foram coletados por meio do desenvolvimento e aplicação de questionários participativos junto a Associação Dando as Mãos e aos assentamentos rurais envolvidos com a execução das atividades agroindustriais nas propriedades no período de outubro a dezembro de 2015.

A análise dos dados foi feita em alguns casos de forma descritiva e, direta e em outros, por meio de dados sintetizados em gráficos estatísticos.

4 | CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS NA REGIÃO ESTUDADA

Segundo os assentados a participação na renda familiar dos produtos gerados nas atividades agroindustriais varia de 30 a 50% da renda total, o restante da renda advém de produtos vendidos *in natura*, artesanato e atividades na área urbana de alguns membros da família. A renda obtida com os alimentos processados na propriedade propicia melhores condições de vida para os assentados e os mantém nas atividades do campo.

Cada empreendimento agroindustrial envolve de sete a nove produtores rurais de mesma ou distintas famílias assentadas, esses processam seus produtos e dos demais produtores do assentamento. Na maioria dos casos o empreendimento rural tem porte para processar um número maior de matéria-prima para abastecer o mercado.

4.1 Tipos de Empreendimentos Agroindustriais

Dos sete assentamentos analisados, dois tinham como atividade agroindustrial principal a produção de leite pasteurizado, dois o processamento da mandioca para venda de farinha, dois o abate de frango e um o despulpamento de frutas. (Gráfico 2).

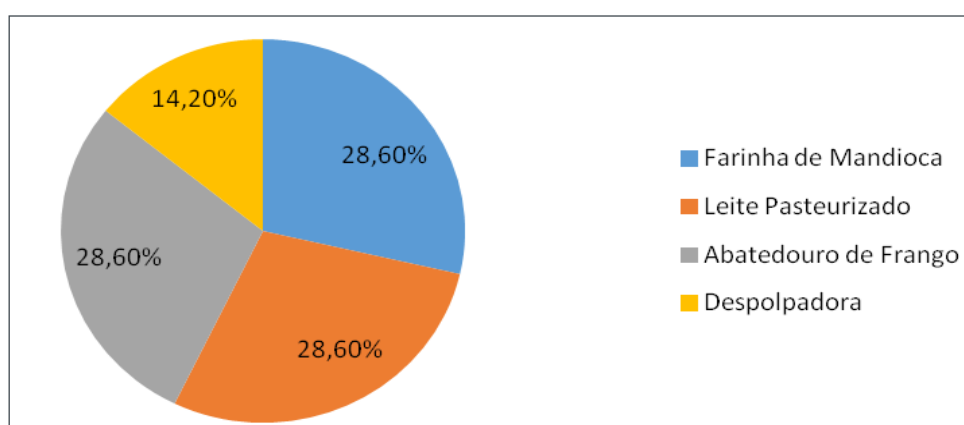


Gráfico 2 – Tipos de Empreendimentos Agroindustriais

Fonte: Dados da pesquisa.

Na região a variabilidade de produtos processados ainda não é muito grande, resultando em cinco produtos finais. É interessante resaltar que existe na região outros alimentos produzidos, no entanto ainda não incentivados de forma satisfatória para serem industrializados.

4.2 Caracterização dos assentamentos e das atividades agroindustriais

O Assentamento Zumbi dos Palmares localiza-se na cidade de Dom Aquino a 172 km da capital do estado, tem 52 famílias envolvidas com a produção de leite, mandioca, milho, fabricação artesanal de Farinha e de rapadura.

Tem como atividade agroindustrial o processamento da mandioca, o fabrico da farinha, com a produção de 5 a 6 sacos/dia, tendo cada saco 45 Kg de farinha. Estão diretamente envolvidos na atividade, sete produtores, que relataram um incremento na renda familiar de 30% a 40 % da renda total, com a venda do produto.

O Assentamento Primavera localiza-se na cidade de Rondonópolis a 210 km da capital do estado, tem 47 famílias envolvidas com a produção de leite, mandioca, banana e mamão. Sua atividade agroindustrial mais importante é o processamento de leite pasteurizado e produção de iogurte. Por semana são produzidos de 800 a 1000 L de leite pasteurizado e de 380 a 400 L de iogurte. A produção é vendida para prefeitura municipal e encaminhada para as escolas públicas da região. Participam das atividades agroindustriais nove produtores rurais assentados, que relatam ter melhorado sua renda familiar em 50% da renda total, a partir da venda de leite pasteurizado e iogurte.

O Assentamento Esperança localiza-se na cidade de Rondonópolis a 210 km da capital do estado e está em processo de implantação de um abatedouro de frango com porte para abater 500 frangos/dia. Os produtores rurais trabalham para conseguir terminar os últimos trâmites legais que envolvem a aplicação de normas ambientais desde o momento do abate da ave ao recolhimento do sangue, remoção das penas, evisceração, lavagem da ave e tratamento dos resíduos.

4.3 Dificuldades enfrentadas pelas agroindústrias na esfera da produção

Das sete agroindústrias envolvidas com a Associação Dando as Mãos, três fecharam por dificuldades enfrentadas pelos associados no processo de implantação, sendo elas: uma processadora de mandioca para fabrico de farinha, uma processadora de leite pasteurizado e uma despoldadeira de fruta.

Segundo Caruso (2009), o enfraquecimento das pequenas e médias agroindústrias está relacionado ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, e pelo processo de expansão do capitalismo no campo. As famílias enfrentam dificuldades na adaptação as exigências sanitárias, fiscais e previdenciárias, onde acabam muitas vezes permanecendo em estado de clandestinidade.

Os assentados que trabalham nas agroindustriais alimentares estudadas, relatam em todos os casos dificuldades na agroindustrialização, sendo as principais

delas a falta de assistência técnica adequada, dificuldades para adequação as normas ambientais e sanitárias e falta de tecnologia adequada para execução das atividades (Gráfico 3).

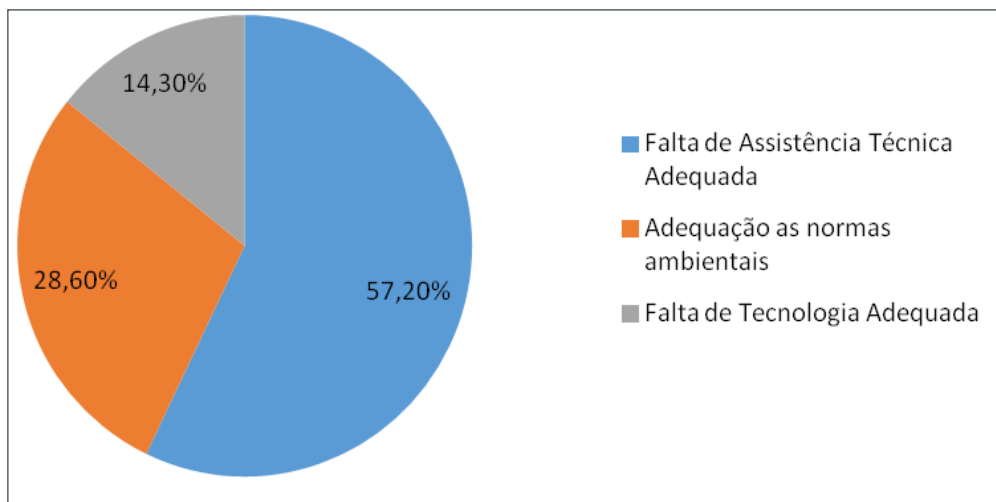


Gráfico 3 – Dificuldades enfrentadas nas agroindústrias na esfera de produção

Fonte: Dados da pesquisa.

A ausência de assistência técnica e a falta informações acerca dos processos originam em todos os casos, dúvidas, reclamações e insegurança nos assentados responsáveis por desenvolverem a atividade agroindustrial. Para Prezotto (2010) o modelo de pequenas agroindústrias descentralizadas, deve ser apoiado com muito mais vigor e profundidade, nas diversas esferas de governo, com políticas mais impactantes e eficazes, não meras ações pontuais e superficiais.

4.4 Comercialização dos produtos processados

Os alimentos processados nas agroindústrias alimentares estudadas são comercializados em feiras regionais, redes de supermercados e junto às prefeituras para merenda escolar.

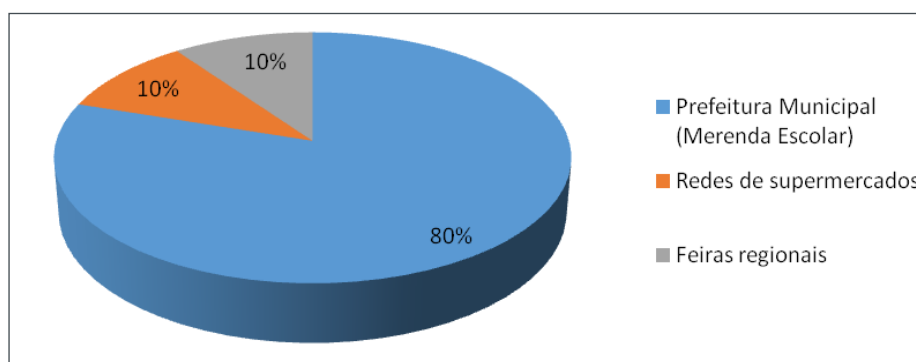


Gráfico 4 – Destino da comercialização dos produtos processados

Fonte: Dados da pesquisa.

A comercialização na região acontece sem que haja estratégias de mercado,

como estudo do processo de formação de preços, canais de distribuição, marketing e agregação de valor ao produto. Os assentados vendem os produtos diretamente aos consumidores em feiras com preços estabelecidos sem critérios preestabelecidos e também vendem em redes de supermercados e prefeituras em quantidades maiores, mas sem análise adequada da formação de preços.

Para Trento e Sepulcri (2011) os canais de comercialização desempenham, cada vez mais, papel importante para o agricultor, podendo ser o fator mais relevante para o desenvolvimento efetivo da participação de mercado. Os canais de distribuição eficientes vêm se tornando mais importantes para garantir que os agricultores alcancem sucesso em mercados altamente competitivos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos já estabelecidos têm deficiências na esfera de produção, sendo 57,6% falta de assistência técnica adequada, 28,6% adequação as normas ambientais e sanitárias e 14,1% tecnologias adequadas.

Na região estudada ocorre pouca variabilidade dos tipos de empreendimentos agroindustriais, isso resulta em apenas cinco produtos finais no mercado para comercialização. E essa comercialização, por sua vez, é feita sem critérios preestabelecidos, sem estudo de mercado, formação de preços, agregação de valor aos produtos e análise dos canais de distribuição.

Uma grande porcentagem dos empreendimentos rurais fecha no processo de implantação por dificuldades em aquisição de tecnologias adequadas e carência de informações. Dos sete assentamentos envolvidos nesse trabalho três deles não prosseguiram com a implantação da agroindústria.

Esse trabalho torna-se relevante para fornecimento de informações acerca da situação atual das atividades agroindustriais em assentamentos de reforma agrária, com vista a incentivar melhorias nas atividades pelos próprios produtores rurais e por políticas públicas que os favoreçam.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) pelo financiamento da Pesquisa e bolsa de Iniciação à Pesquisa concedida à Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS. **Desenvolvimento socioeconômico da Agricultura Familiar da região sul do Estado de Mato Grosso**. Projeto desenvolvido com apoio do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania. 2010.

BARBOSA, R. R. **Agricultura Familiar Brasileira – Importância Econômica e Social**. In: Semana de Ciência e Tecnologia do IFMG, 5., 2012, Bambuí. Resumo Jornada Científica. Bambuí: Instituto Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://www.bambui.ifmg.edu.br/jornada_cientifica/2012/resumos/administracao/1.pdf>. Acesso em: 21 Ago. 2018.

BATALHA, M.O.; SCARPELLI, M. Gestão do agronegócio: aspectos conceituais. IN: BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão do Agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005, p. 9-25.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 - **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, Brasília – DF, 24de jul. de 2006

BRASIL. PORTARIA SVS/MS nº 1.428, de 26 de novembro de 1993. **Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos e o Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos**. Diário Oficial da União, Brasília – DF, 24 de jul.de2006

BRASIL. Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos**. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 06 de nov. 2002.

DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra. **Relatório Brasil 2013**. Sistema DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2014. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2013.pdf >. Acesso em: 21 ago. 2018.

ESPÍRITO SANTO. **Orientações para formalização fiscal, ambiental e sanitária**. Governo do Estado do Espírito Santo, s. d.

FRANÇA, C. G. SPAROVEK, G. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). 2007. Disponível em <www.ibge.gov.br > Acesso: 15 de outubro 2015.

IPEA – INTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/resultpesq/4.pdf> Acesso: 15 outubro de 2015.

LIMA, D. M. A. e WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/ Paralelo 15, 2002.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura familiar*: primeiros resultados. Brasília, DF: MDA, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla 1892 – 1992**. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT,2007.

OLIVEIRA, I. L ASSUNÇÃO, H. H. T. BARBOSA, R. C. STURZA, J. A. I. **A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos de Mato Grosso:** Caso do assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – MT. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21.,2012. Anais Eletrônicos. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1166_1.pdf>

OLIVEIRA, N.M., SANTOS, H.N., Agroindústria no estado de Mato Grosso: uma aplicação de um modelo de localização. In: 1º Congresso Luso-Brasileiro de Tecnologias de Informação e Comunicação na Agropecuária. Santarém – Portugal, 2004.

PIRES, M. E. R. STURZA, J. A. I. **Estudo da paisagem aplicado à transição agroecológica em assentamentos rurais do Mato Grosso, Brasil.** Cadernos de Agroecologia, v. 9, p 1 -12, Dourados, 2014.

PREZOTTO, L. L. **Experiência Da Rede AGRECO de Agroindústrias Da Agricultura Familiar.** Brasília, setembro de 2010.

SFB – SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Boletim Informativo 2015.** Sistema SFB de Cadastramento Ambiental Rural (CAR) 2015. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/documentos/car/boletim-do-car/56-boletim-informativo-abril-de-2015/file>> .

STURZA, J. A. I. **Parceria de fibra:** ações para inclusão social, geração de renda e implantação de sistemas de produção da bananicultura com práticas agroecológicas no Assentamento Fazenda Esperança, Município de Rondonópolis – MT. Relatório Final do Processo N°. 558607/2009-8, CNPq. Rondonópolis, 2012

TRENTO, E. J. SEPULCRI, O. MORIMOTO, F. Comercialização de Frutas, Legumes e Verduras. Curitiba: Instituto Emater, 2011. 40 p.: il. color. (Série Informação Técnica nº 085).

VENTURIN, L. MEIRELLES, A. L. B. **Cartilha Agrosociobiodiversidade - Agroindústria familiar de base ecológica.** Editora Centro Ecológico, 2014. Disponível em: < http://www.centroecologico.org.br/cartilhas/Agrosociobio_final_web.pdf>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-018-6

